

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com pessoal	(67.539)	(58.429)	(78.094)	(58.429)
Compras de materiais diversos	(2.779)	(854)	(2.779)	(854)
Aluguel	(4.382)	(4.508)	(4.382)	(4.508)
Serviços de terceiros	(48.831)	(46.136)	(48.831)	(46.136)
Outras	(8.471)	(6.239)	(8.471)	(6.327)
Total	(132.002)	(116.166)	(142.557)	(116.254)

26. Resultado financeiro

A discriminação das receitas (despesas) financeiras líquidas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras decorrentes de				
Rendimento de aplicações financeiras	1.003	2.689	1.003	2.582
Juros ativos	960	1.047	960	1.047
Descontos obtidos	159	240	164	240
Outras	14	155	14	258
	2.136	4.131	2.141	4.127
Despesas financeiras decorrentes de				
Juros passivos	(42.393)	(35.490)	(42.763)	(35.490)
Variações cambiais	(5)	(6)	(5)	(6)
IOF	(4.246)	(5.453)	(4.506)	(5.453)
Outras	(4.784)	(2.018)	(4.946)	(2.018)
	(51.428)	(42.967)	(52.220)	(42.967)
Resultado financeiro líquido	(49.292)	(38.836)	(50.079)	(38.840)

27. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os cálculos do IRPJ e da CSLL, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A conciliação das provisões para o IRPJ e para a CSLL da Companhia, são demonstrados a seguir:

	2013	2012
IRPJ e CSLL correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL - real e presumido	89.922	58.219
Adições permanentes		
- Doações e brindes	5.640	5.465
- Equivalência patrimonial	440	502
Adições temporárias		
- Lucro diferido entidades governamentais	66.694	37.800
Exclusões permanentes		
- Equivalência patrimonial	(39.712)	(23.668)
Exclusões temporárias		
- Lucro diferido entidades governamentais	(46.920)	(66.694)
Lucro tributável - regime lucro real	76.064	11.624
Imposto de Renda 15%	(11.410)	(1.744)
Adicional IRPJ	(7.582)	(1.138)
Incentivos	457	173
CSLL 9%	(6.846)	(1.046)
Total corrente atribuível a controladora	(25.381)	(3.755)
Receita presumida tributável relativo a Consolidação	16.397	5.814
Imposto de Renda 15%	(2.460)	(872)
Adicional IRPJ	(1.616)	(557)
Incentivos	102	33
CSLL 9%	(1.476)	(523)
Total corrente atribuível ao consolidado	(5.450)	(1.919)
IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos		
Lucro diferido entidades governamentais	(46.920)	(66.694)
Passivos não circulante		
Lucro diferido entidades governamentais	66.694	37.800
Passivo contencioso	4.174	(4.824)
Base de calculo imposto diferido	23.948	(33.718)
Imposto diferido 34% - Controladora	8.142	(11.464)
Total Corrente e diferido	(22.689)	(17.138)

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de riscos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza risco e prazo similares. A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de liquidez** – O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e de suas controladas.
- Riscos de crédito** – O risco de crédito está associado à possibilidade de não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia e de suas controladas.
- Riscos financeiros** – É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de riscos dentro do contexto de suas operações.

29. Seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para bens do imobilizado, responsabilidade civil e risco de engenharia, em montante considerado suficiente para suprir qualquer perda que vier a sofrer frente aos riscos envolvidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	J. Murillo Valle Mendes
Conselheiros:	Eduardo Mendes Moreira
:	Leonardo Bocchese Mendes

DIRETORIA

Presidente:	J. Murillo Valle Mendes
Vice-Presidente de Assuntos Corporativos:	Ângelo Alves Mendes
Vice-Presidente de Mercado:	Sérgio Cunha Mendes
Vice-Presidente de Desenvolvimento Financeiro:	Delson de Miranda Tolentino
Vice-Presidente de Engenharia:	Victório Duque Semionato

CONTADOR

 Alexandre Magno de Pinho Freitas
 CRC MG 046.601/O-3 – S - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.

São Paulo – SP

 Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

 A Administração da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Reapresentação das demonstrações contábeis consolidadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.17 às demonstrações contábeis, em decorrência do Pronunciamento Contábil revisado CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto, que não permite a consolidação proporcional para controle compartilhado, os valores correspondentes consolidados referentes as demonstrações contábeis consolidadas de 2012 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (precisamente sobre a parte atribuível a não controladores) e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de abril de 2014.



 BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1

 Francisco de Paula dos Reis Júnior
 Contador CRC 1 SP 139268/O-6

 Paulo Eduardo Santos
 Contador CRC 1 MG 078750/O-3 S - SP